

AS ELITES AGRÁRIAS DO SUL DE MATO GROSSO E O GOLPE DE 1964: A CRIAÇÃO DA AÇÃO DEMOCRÁTICA MATO-GROSSENSE

The Agrarian Elites in South of Mato Grosso and 1964 Coup: Creation of Democratic Action in Mato Grosso

Thaís Fleck Olegário¹⁸⁸

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar o processo de articulação ideológica, da elite campo-grandense, que resultou na criação da organização civil Ação Democrática Mato-Grossense (ADEMAT). A Ação atuou auxiliando na desestabilização do governo do presidente João Goulart, durante o ano de 1963, e atendendo a uma demanda de classe, uniu e fortaleceu os membros da elite campo-grandense. Serão analisadas as publicações da ADEMAT em sua coluna semanal, no jornal O Matogrossense. Busca-se, portanto, apontar a contribuição da ADEMAT para o golpe de 1964 no Brasil.

Palavras-Chave: Anticomunismo. Imprensa. Ideologia Hegemônica.

Abstract: The objective of this article is to analyze of the ideological articulation process of elites in Campo Grande and his relation with the creation of the Ação Democrática Mato-Grossense (ADEMAT) in 1963. The ADEMAT had the purpose to organize a class demand and, was focused in the destabilization the government of President João Goulart. Will be analyzed the publications of the ADEMAT in his weekly column in the newspaper O Matogrossense. This work intends examine the relation between the agrarian elites of Mato Grosso and the 1964 coup in Brazil.

Keywords: Anti-communism. Press. Hegemonic Ideology.

Introdução

O regime *de facto* brasileiro iniciado após o golpe de 1964 foi a primeira¹⁸⁹ ditadura de Segurança Nacional instaurado na América Latina e perdurou até 1985. Esta temática tem sido objeto de debates acadêmicos, pesquisas e de atividades institucionais que buscam esclarecimentos a respeito do *terrorismo de estado* e dos crimes de lesa-humanidade, ocorridos neste período. Apesar de contar com extensa produção historiográfica, a maioria dos trabalhos se restringe a análise da conjuntura nacional, concentrando-se no eixo Rio-São Paulo, deixando-se de lado os demais estados.

¹⁸⁸ Graduada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bolsista pelo CNPq. Este artigo é uma versão ampliada do segundo capítulo do trabalho de conclusão de curso apresentado junto à UFMS no ano de 2015. E-mail: fleckolegario@gmail.com.

¹⁸⁹ Pontua-se a ditadura brasileira como primeiro regime de Segurança Nacional, porém, cabe ressaltar que o primeiro golpe no cone sul foi o de maio de 1954 no Paraguai, que mesmo não sendo forjado a partir da Doutrina de Segurança Nacional, estava ligado, como aponta Padrós à conjuntura de “fortes movimentos de direita que concluem em golpes e intervenções, como no caso do fim da Revolução Boliviana (1952), [...] assim como dos golpes que forçaram a saída de cena de Getúlio Vargas, no Brasil (1954) e de Juan Domingo Perón, na Argentina (1955)” (PADRÓS, 2008, p. 1) Ainda neste sentido, é importante destacar que a ditadura paraguaia iniciada em 1954, transforma-se, ao longo do tempo, em uma Ditadura de Segurança Nacional, projetando-se sob a influência do Brasil a partir de 1964.

Em relação à produção historiográfica sobre o golpe de 1964 no Brasil, destaca-se a obra de René Armand Dreifuss, *1964 A conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe* (1981). O autor aborda o processo de alinhamento entre as elites brasileiras e os grupos de capital multinacional, desde a década de 1950, demonstrando que a ligação compartilhada entre estes grupos e sua crescente necessidade de expansão, levaria ao golpe de 1964, que neste sentido, também pode ser entendido como um golpe de classe.

Maria Helena Moreira Alves, em sua obra, *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)* (1984) explora a estrutura ideológica que forneceu legitimidade a tomada de poder por estes grupos, através da abordagem da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Oferecendo destaque as instituições civis e militares que foram formadas com o objetivo de consolidar as conspirações civis contra o regime democrático, como a Escola Superior de Guerra (ESG), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES).

Outras obras recentes, que trazem artigos diversos, como *Ditaduras Militares na América Latina* (2004) e *Cone Sul em Tempos de Ditadura* (2013), organizados por Claudia Wasserman & Cesar A. Guazzelli, Enrique Serra Padrós respectivamente, também devem ser destacadas. Estas obras propõem a análise dos regimes ditatoriais instaurados na América Latina, a partir da década de 1960, como regimes de Segurança Nacional¹⁹⁰. Tais pesquisas apontam para golpes civis-militares, evidenciando a participação das elites na conspiração e desestabilização dos governos vigentes.

No estado de Mato Grosso do Sul, em relação à produção sobre este período, devem ser destacadas duas obras. A primeira é *Dourados: memórias e representações de 1964* da autora Suzana Arakaki, que expõe as representações, feitas pela imprensa douradense do governo Goulart, tendo como fonte o jornal *O Progresso*. A obra também reflete o resultado dos projetos de história oral: *Ressonâncias* e o *Memória de Pioneiros*. Arakaki, além de fornecer uma inegável contribuição aos estudos sobre o golpe de 1964 no sul de Mato Grosso, também, é a primeira autora a realizar apontamentos a respeito da Ação Democrática Mato-Grossense (ADEMAT), seção de Dourados. A segunda é a obra *Aquidauana: A Baioneta, a Toga e a Utopia, nos entremeios de uma pretensa revolução*, do autor Eudes Fernandes Leite, aponta para a organização dos grupos da “elite bovinocultora” em prol do golpe de 1964.

¹⁹⁰ Neste trabalho a Segurança Nacional é entendida a partir da obra *A Ideologia da Segurança Nacional* (1978), de Joseph Comblin.

A implantação do regime ditatorial em 1964 no Brasil, pautado na DSN, contou com a participação ativa de grupos integrantes das elites civis internas e externas. Em linhas gerais, são entendidos como integrantes da elite civil interna, os setores brasileiros do empresariado e industriais, associados às multinacionais e ao capital estrangeiro; os setores proprietários de grande porte rurais; e os tecnocratas urbanos¹⁹¹, que representavam os interesses das multinacionais.

Neste sentido, é preciso ressaltar que a ação das elites civis em favor da desestabilização do governo de João Goulart (1961-1964) operava através da cooperação entre as elites nacionais e internacionais, e visava à derrubada do governo Goulart, em favor de um novo regime que assegurasse a expansão do sistema capitalista. Desse modo, o golpe de 1964 foi resultado da coalizão ideológica entre forças civis e militares, que agiram através de uma campanha desestabilizadora pautada na Doutrina de Segurança Nacional. Portanto, ressaltam-se como as principais organizações formadas pelas elites civis: o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), o Movimento Anticomunista (MAC), e a Gente da Juventude Democrática (WASSERMAN, 2004, p. 32), tais organizações eram responsáveis pela divulgação na *grande imprensa* do anticomunismo e de conteúdos destinados à desestabilização do governo Goulart.

Origens da Ação Democrática Mato-Grossense

O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foi fundado no final da década de 1950 por grupos do empresariado brasileiro e tinha por objetivo consolidar a militância política destes grupos e agir em favor da “defesa da democracia”. Porém, pode-se apontar que tal instituição estava destinada à divulgação da DSN, e que atuava como uma instituição de classe, com o objetivo de ampliar a influência do empresariado multinacional e associado. O IBAD também servia como canal de captação de recursos provenientes de grupos de capital nacional e internacional, além de possuir ligações com a *Central Intelligence Agency* (CIA) (DREIFUSS, 1981, p. 205-209).

O IBAD atuou como uma instituição aglutinadora, agrupando, por exemplo, a Escola Superior de Guerra (ESG) e o IPES, e estreitando os laços do empresariado/industrial, nacional e multinacional, com os militares, como exposto por

¹⁹¹ Formados em escolas técnicas, como o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) e Fundação Getúlio Vargas (FGV), entre outras instituições, a partir da década de 1950.

Dreifuss: “Através do IBAD, os intelectuais orgânicos das classes empresariais se mostraram dinâmicos em estabelecer ligações com empresários, militares e detentores de altos cargos públicos, bem como mobilizar o público em geral” (DREIFUSS, 1981, p. 102).

A ESG por sua vez, formava uma grande parcela de civis, ligados às elites, que viriam a ocupar cargos importantes nas instituições políticas e econômicas brasileiras após o golpe de 1964 (ALVES, 1989, p. 19-30). Neste sentido, as conspirações civis e militares, foram centralizadas em instituições civis, como o IBAD e IPES, enquanto a coordenação, e o suporte ideológico doutrinário, partiam da ESG, como apontado por Alves:

A conspiração foi levada a efeito através de instituições civis de fachada, em especial o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). A Escola Superior de Guerra coordenava as iniciativas de conspiradores civis e militares. A necessária justificação ideológica da tomada do Estado e da modificação de suas estruturas para impor uma variante autoritária foi encontrada na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, ministrada na Escola Superior de Guerra (ALVES, 1989, p. 24).

Estas organizações civis eram responsáveis também, pela divulgação da ideologia de Segurança Nacional, por meio de publicações na *grande imprensa*, de caráter oposicionista e desestabilizador contra o governo de Goulart. Os discursos, envoltos nestas publicações, apontavam para uma política atrelada e indissociável da guerra contra o comunismo.

O IBAD deu origem a diversos grupos regionais de ação, que agindo como filiais, atuavam no mesmo sentido do instituto. As seções regionais faziam as divulgações na imprensa local, do conteúdo ideológico disseminado pelo complexo IPES/IBAD/ESG, adequado às pautas regionais. Estes grupos, também eram responsáveis pela orientação e organização das elites locais.

Em Campo Grande, no sul do antigo estado de Mato Grosso, em abril de 1963, fora criada a Ação Democrática Mato-Grossense (ADEMAT). A ação representava o IBAD e era composta por latifundiários, médicos, advogados, comerciantes, jornalistas, entre outros (SILVA, 2005, p. 127). Logo após sua criação a Ação começou a publicar semanalmente uma coluna no jornal *O Matogrossense*¹⁹², intitulada: “Coluna da Ação Democrática Mato-Grossense”. Estas publicações marcavam o início da formação ideológica, pautada na Doutrina de Segurança Nacional, em Campo Grande, e foram

¹⁹² Periódico dirigido pelo Partido Social Democrático/MT, com aproximadamente três mil cópias diárias.

realizadas entre abril e novembro de 1963. Contudo, mesmo após o fechamento do IBAD¹⁹³, a ADEMAT permaneceu ativa, tendo apenas encerrado suas publicações no jornal *O Matogrossense*.

Em relação às referências sobre a criação da ADEMAT, pode-se recorrer à obra memorialística *A Poeira da Jornada: Memórias* de Demósthene Martins¹⁹⁴, publicada no ano de 1980, pela editora Resenha Tributária. A biografia integra um discurso de legitimação do golpe de 1964, como uma “Revolução” em nome da democracia. Dedicada ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS), e autointitulada como obra histórica (MARTINS, 1981, p. 5)¹⁹⁵, corresponde, a um importante objeto de estudo, para analisar a posição de uma determinada parcela da elite campo-grandense, em relação a uma conjuntura nacional e internacional, e traz proposições acerca dos objetivos políticos da ADEMAT. Em relação ao surgimento da Ação, Demósthene Martins, pontua:

Á proporção que a ação solerte dos comunistas avança no trabalho de desintegração da democracia, as forças civis e militares se apresentam também, para defendê-la. Em Campo Grande, a ADEMAT – Ação Democrática Matogrossense – ganhava prosélitos em todos os escalões de sua população, preparando-se para a luta, sem distinção de classe e legendas partidárias (MARTINS, 1981, p. 239).

Propondo que as “forças civis e militares” só haviam se articulado por causa do “avanço comunista”, Demósthene aponta a criação da ADEMAT como um movimento de determinação heroica, destinado à defesa da democracia. Além disso, quando o autor expõe “preparando-se para a luta, sem distinção de classe e legendas partidárias” fica evidente a relação, com a proposta da DSN, de criar-se a imagem de uma nação coesa, no qual a luta de classes desaparece, dando lugar ao objetivo em comum: o combate ao comunismo.

Além do propósito de divulgação ideológica, a Ação, também era responsável por orientar as elites locais, e uni-las, em prol de um interesse de classe em comum. Martins procura apresentar a ADEMAT, como instituição surgida para alertar as elites, sobre a “ameaça comunista” que o governo Goulart representava, e que deveria ser contida, como apontado no trecho da seção “Avultam os Estopins”:

¹⁹³ Fechado em novembro de 1963, resultado da CPI instaurada pelo presidente João Goulart, sobre a ilegalidade das ações do Instituto nas eleições de 1962.

¹⁹⁴ Advogado, político campo-grandense e membro da ADEMAT.

¹⁹⁵ O Prefácio do livro escrito por Paulo Coelho Machado, que em suas primeiras linhas descreve “Se estou presente nesta página inaugural é simplesmente porque fui solicitado a isso, por se tratar de obra que o autor quis vincular ao INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO DO SUL”.

O retorno ao Presidencialismo¹⁹⁶, regime que enfeixa nas mãos do Executivo a maior soma de poderes na dinâmica governamental, ensejou prontamente o desenvolvimento do plano subversivo que os corifeus do regime comunista, aninhados à sombra de Goulart, se desencapuzavam. Eram as greves, açuladas pelos dominadores dos sindicatos, insuflando a luta de classes; a falência da assistência social, explorada por aproveitadores; as Ligas Camponesas de Francisco Julião, e os Grupos dos 11, de Leonel Brizola, tudo isso perturbando, conturbando, inquietando, de mãos dadas com uma inflação disparada. [...] Nesse ambiente em que nos encontrávamos, sentia-se claramente a preparação da subversão do regime, que vinha desde a renúncia de Jânio Quadros. [...] Estado de predomínio da classe média, cuja economia se baseia na pecuária e agricultura, passou a nossa ação a despertar a atenção do povo para a grave ameaça que se urdia (MARTINS, 1981, p. 238).

Quando o autor pontua “Estado de predomínio da classe média, cuja economia se baseia na pecuária e agricultura”, ele destaca a quem a ADEMAT deveria alertar sobre a “ameaça comunista” representada pelo Governo Goulart. Neste sentido, a criação da ADEMAT estava relacionada ao atendimento a uma demanda de classe, e não a um partido específico. Pode-se apontar, por exemplo, a variedade partidária dos membros iniciais da Ação, conforme notícia publicada no dia 09 de abril de 1963, no *Jornal A Noite*, do Rio de Janeiro, assinado pela Asapress¹⁹⁷:

Fundação da Ação Democrática. CAMPO GRANDE, 9 (Asapress) – Concentram-se aqui elementos de todos os partidos, desta cidade, para os trabalhos de fundação da Ação Democrática Mato-Grossense. Destacaram-se entre os presentes, os Srs. Cícero Castro Farias, representante do PSP, Cláudio Fragelli (UDN), Alcindo de Figueiredo, Arnaldo Figueiredo (PSD), Assis Brasil Correia (PTB), Artur Dávila Filho (PTB), cujos partidos fizeram parte da mesa. A diretoria foi assim constituída. Presidente, Assis Brasil Correia; Primeiro Vice-Presidente, Cláudio Fragelli; terceiro Vice-Presidente, Abel Freire de Aragão, Primeiro secretário, Aduino Ferreira; Segundo Secretário, Eduardo Nabuco; terceiro Secretário, Adolfo Andrade e quarto Secretário Agostinho Barcelo; Primeiro Tesoureiro Anísio de Barros, e Segundo Tesoureiro, Alcino de Figueiredo e Terceiro Tesoureiro, Antônio Cerra. (JORNAL A NOITE, 09 abr. 1963).

A composição pluripartidária da Ação permite duas proposições de análise, primeiramente, a de que a Ação visava se apresentar à sociedade campo-grandense como uma organização democrática¹⁹⁸, daí a importância de incluir membros de vários partidos. Desse modo, para manter a face democrática da Ação, os membros da ADEMAT procuravam desvincular nomes de importantes latifundiários do estado, da direção da organização, como se pode verificar na notícia de 30 de janeiro de 1964, do

¹⁹⁶ Quando o autor cita “o retorno ao Presidencialismo” ele está referindo-se ao resultado do plebiscito realizado em janeiro de 1963, cujo objetivo era votar a manutenção do regime parlamentarista, instaurado desde a renúncia de Jânio Quadros, ou o retorno ao regime presidencialista.

¹⁹⁷ Agência de notícias, que distribuía matérias de jornais a jornais de todas as regiões do país.

¹⁹⁸ A face democrática criada pelo IBAD possibilitava tanto a omissão das atividades secretas de conspiração e a legalidade das ações políticas do instituto, quanto à atração de uma gama variada de novos integrantes. Desse modo, pode-se propor que a ADEMAT agia no mesmo sentido.

Jornal *O Estado de Mato Grosso*¹⁹⁹, em que foi feita uma crítica ao jornal paulista *Ultima Hora*, devido à publicação por este, de artigo que relacionava a direção das atividades da Ação Democrática Matogrossense ao latifundiário Lúdio Coelho²⁰⁰, conforme notícia:

CAMPO GRANDE, (Correio do Estado) – O Sr. Lúdio Martins Coelho, homem de lutas, seja no trabalho da terra, seja nos demais setores da atividade humana, é inegavelmente líder do progresso de nossa terra. Merece a nossa admiração a maneira pela qual trabalha, honesto e incansavelmente para a melhoria das condições de vida da população de todo o Estado de Mato Grosso. Estranhamos haver o jornal “ULTIMA HORA”, em sua edição do dia 23 do corrente, noticiado pejorativamente ser o sr. Lúdio Coelho o “maior latifundiário do mundo, com um milhão e oitocentos mil hectares de terras” e que por isso mesmo era o presidente da Ação Democrática Matogrossense. A notícia falta completamente com a verdade. 1 – O presidente da Ação Democrática Matogrossense é o “sem terra” Dr. Cláudio Fragelli, médico de saber científico e atitudes democráticas (democracia da civilização ocidental). 2– No que diz respeito as terras do sr. Lúdio Coelho, sabemos seguramente, que individualmente, o mesmo é um MEDIO proprietário rural e como tal, somente em Mato Grosso, o sr. João Goulart é proprietário de latifúndios muitas vezes superior à gleba do sr. Lúdio Coelho. É preciso que saiba que os 12 (doze) irmãos Coelho, tendo como traço de união o seu pai o velho batalhador Laucídio Coelho, administram as suas fazendas conjuntamente, como se fora, um complexo industrial, alcançando dessa forma um rendimento exemplar, seja na média de produção pecuária ou agrícola, seja na assistência médica social dos seus trabalhadores e respectivas famílias. Evidentemente, o jornal paulista publicou uma notícia errônea e, sobretudo injusta. (JORNAL O ESTADO DE MATO GROSSO, 30 jan. 1964).

O texto exposto pelo periódico é notadamente contraditório, pois, como apontado por Arakaki: “Em Mato Grosso, o movimento Ação Democrática Matogrossense (ADEMAT), sediado em Campo Grande, teve como precursores a família Coelho, latifundiários udenistas, uma das famílias detentoras de grandes extensões de terra no estado” (ARAKAKI, 2008, p. 56). Nota-se também o destaque dado ao fato de que Lúdio Coelho era um proprietário de “médio” porte, denota, entre outros aspectos, a constante apresentação da Ação como organização destinada a “advogar” em nome dos proprietários de médio e pequeno porte, mesmo que seu real propósito fosse representar interesses de latifundiários.

Em segundo lugar, a criação pluripartidária, poderia estar focada na condensação dos interesses em comum das elites campo-grandenses, visto que, a orientação político-ideológica da ADEMAT não se distanciava daquela fomentada nas cúpulas do IBAD, e

¹⁹⁹ Em paralelo a publicação original no jornal *O Correio do Estado*.

²⁰⁰ Agropecuarista, prefeito de Campo Grande nos mandatos: (1983-1985); (1989-1992) e senador pelo Mato Grosso do Sul no mandato (1995-2003) (BRASIL, 2016).

aos olhos do empresariado que deu origem ao instituto, a elite estava fragmentada²⁰¹, e precisava unir-se em prol de objetivos em comum. A pauta de objetivos em comum incluía a modernização da estrutura produtiva, viabilizando o projeto desenvolvimentista gestado pelas elites desde a década de 1950, bem como, o combate ao comunismo.

Enquanto o IBAD servia como espaço para militância do empresariado, a ADEMAT, por outro lado, representava as elites agrárias do sul de Mato Grosso. Pode-se notar, por exemplo, que o pano de fundo dos discursos públicos da Ação, era a Reforma Agrária. A este respeito Leite aponta que:

Os temores em relação às propostas do governo Goulart fizeram com que a “elite bovinocultora”, composta por grandes criadores de gado, herdeiros da oligarquia, proprietários de grandes fazendas do Mato Grosso, realizasse ações para preservar seus interesses, conservando as velhas estruturas econômicas e de poder na região. Neste sentido, todas as possibilidades de atuação contrária às reformas deveriam ser utilizadas, pois os riscos de perda de espaço eram maiores a cada dia que passava na visão dos líderes políticos e oligárquicos. Esses líderes agiram para barrar as possíveis mudanças criando grupos de discussão e entidades patronais, orientando veladamente os fazendeiros a adquirirem armas para um eventual conflito armado. Combatia-se em dois fronts: nos debates de idéias e nos bastidores, por meio de articulações políticas e paramilitares (LEITE, 2009, p. 64).

No contexto em que a ADEMAT foi criada, existia uma profunda discussão no país a respeito das Reformas de Base. Condensados por meio da Ação, os latifundiários do sul de Mato grosso, refutavam energicamente a proposta de Reforma Agrária objetivada por Goulart. Neste sentido, aponta-se que a necessidade de conter qualquer avanço da Reforma Agrária, foi um dos principais motivos que levou as “elites bovinocultoras” do sul de Mato Grosso a conspirarem contra o governo Goulart.

Em relação a este período, pontua-se que, após o retorno ao presidencialismo, votado no plebiscito de janeiro de 1963, João Goulart, tinha a chance de renovar seu mandato e consequentemente suas bases. No contexto de um Brasil em déficit na balança de pagamentos, desde o final de 1962, Goulart, anunciou o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, que possuía dois objetivos, como apontado por Ferreira:

²⁰¹ Faz-se esta proposição, considerando a exposição de Dreifuss, em relação às estatísticas apresentadas pelo dirigente do IBAD, Ivan Hasslocher, de que 70% das classes empresariais estavam na categoria “inconscientes”, e que os membros do instituto estariam dentro dos “elementos conscientes” que representavam 4%, desta forma, deveriam levar as outras parcelas a mobilização (DREIFUSS, 1981, p. 165-166).

O plano tinha dois objetivos básicos. Um deles era conquistar o apoio político dos setores conservadores da sociedade, no momento de transição do parlamentarismo ao presidencialismo. O outro era ganhar a confiança dos credores internacionais, para obter recursos financeiros e negociar a dívida externa. (FERREIRA, 2014, p.145).

Em segunda instância, O Plano Trienal, visava à realização das reformas de base. Com o cenário político e econômico instável, o Plano durou apenas quatro meses, fazendo com que o já fragilizado governo de Goulart, diante do fracasso do Plano, se voltasse à luta pela reforma agrária.

Após a criação da Superintendência de Política Agrária (SUPRA) e da aprovação, do Estatuto do Trabalhador Rural, era necessária a aprovação, da desapropriação de terras, para institucionalizar a reforma agrária. Porém, a desapropriação esbarrava no texto do artigo constitucional da garantia do direito a propriedade²⁰², que previa indenização diante de desapropriação por parte do governo. Sem condições viáveis, para indenizar as desapropriações, nos valores exigidos pelos proprietários, e diante da necessidade de votação e aprovação, via Congresso, Goulart propôs três alternativas para indenizações, que consistiam: no valor declarado em imposto de renda ou imposto territorial dos imóveis, ou por avaliação judicial (FERREIRA, 2014, p. 163).

A respeito da importância do impedimento da Reforma Agrária, na pauta das elites do sul de Mato Grosso, destaca-se, o posicionamento da ADEMAT, durante a realização da XXV Exposição Agropecuária e Feira de Amostras. Em 20 de julho de 1963, a Ação realizou uma palestra, durante a noite de gala oferecida aos participantes da Exposição, destacando qual era o tipo de reforma agrária pretendida pela Ação, em exposição o Deputado Federal Armando Falcão, propõe:

A reforma agrária que os brasileiros querem é a reforma agrária cristã, é a reforma agrária democrática, é a reforma agrária da Igreja Católica, e não a reforma agrária do Dr. Leonel Brizzola, e muito menos a reforma agrária do cunhado do Dr. Leonel Brizzola. (REVISTA BRASIL OESTE, jul. 1963, p.41-42).

O discurso foi transmitido via rádio e transcrito pela revista Brasil Oeste. Nota-se a proposição de uma reforma agrária “cristã” e “democrática”, em contraposição ao projeto de Goulart. Em outro trecho da publicação, podemos notar o papel da ADEMAT, como divulgadora dos propósitos de seus membros:

²⁰² Para maiores esclarecimentos ver: (FERREIRA, 2014, p.161-175).

Na verdade, sublinhou o Deputado Armando Falcão, o que se verifica no país é que uma minoria atuante, de *tendência marcante comunista*, está liderando as reformas de base – inclusive a reforma agrária – e tenciona impor soluções “revolucionárias”, ditadas pela demagogia desenfreada, *que não equacionam com os verdadeiros rumos do progresso de nossa Pátria*. Nosso esforço, e conosco da Ação Democrática Mato-Grossense, é justamente esclarecer o povo, para que ele não se iluda com as pregações demagógicas, não impressione com as promessas ilusórias, com os sonhos de um paraíso que jamais será atingido. *Devemos orientar-nos pelo bom-senso, pela voz da Igreja Católica, pelo ensinamento dos nossos homens democratas, porque estes, sim, conhecem o assunto, conhecem a realidade nacional*, conhecem as necessidades do homem do campo e objetivam dar ao homem do campo um estatuto legal capaz de garantir-lhe uma atividade pacífica e produtiva e uma prosperidade racional e perene. (grifo nosso) (REVISTA BRASIL OESTE, jul. 1963, p.41-42).

A Reforma Agrária representava de longe, o tema de maior intocabilidade para os integrantes da ADEMAT. Na palestra citada, a Ação é apresentada como instituição destinada a “esclarecer” o povo, a respeito dos “objetivos comunistas” por trás das reformas de base de Goulart. Era necessário destacar que a Reforma Agrária apenas afetaria o “produtor de pequeno e médio porte”, mesmo que tal Reforma, constituísse uma ameaça real aos latifundiários. Pois, ao desvincular-se dos interesses dos latifundiários, mesmo que apenas discursivamente, as bases podiam ser ampliadas, visto que, os proprietários de pequeno e médio porte, poderiam simpatizar com os propósitos da Ação, bem como, aqueles profissionais urbanos, que encontravam na bandeira democrática da ADEMAT, sua representação.²⁰³ O elemento que possibilitava a união destes grupos divergentes e fragmentados era sua posição comum, a respeito do anticomunismo.

Em agosto de 1963, as atividades do IBAD foram suspensas pelo governo Goulart, diante dos resultados da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada para investigação da ilegalidade das ações políticas do IBAD durante as eleições de 1962, bem como, do financiamento desta instituição por corporações estadunidenses, Dreifuss aponta que:

²⁰³ Aproxima-se o movimento ideológico realizado pela ADEMAT, ao entendimento do processo de consolidação da hegemonia, em especial, sua relação com o *Bloco Histórico*, que como exposto por Hugues Portelli: “O aspecto essencial da hegemonia da classe dirigente reside em seu monopólio intelectual, isto é: na atração que seus próprios representantes suscitam nas demais camadas intelectuais: “Os intelectuais da classe historicamente (e de um ponto de vista realista) progressista, em determinadas condições, exercem tal poder de atração que terminam, em última análise, subordinando a si os intelectuais dos outros grupos sociais, criando, conseqüentemente, um sistema de solidariedade entre todos os intelectuais, com laços de ordem psicológica (variedade etc.)” (*Il Risorgimento*, Gramsci, p.71) [...] Se o desenvolvimento e a homogeneidade do bloco ideológico são as principais provas da hegemonia do grupo dirigente, seu esboroamento e a utilização da força são os sinais da debilitação da hegemonia e da passagem à ditadura.” (PORTELLI, 1977. p.65-67).

O envolvimento do capital estrangeiro, em particular, e o da empresa privada, em geral, nos assuntos políticos foi de tamanho significado no contexto da época que induziu a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para investigar o problema. A CPI fez sindicância no modo de o IBAD proceder e sua suposta intromissão nos assuntos políticos através de meios ilegais, especialmente nas eleições de outubro de 1962 para o Congresso. Investigou-se também o IPES. O IBAD foi fechado por haver sido considerado culpado de corrupção política. (DREIFUSS, 1981, p. 207).

Sobre o fechamento do IBAD e da ADEP, a ADEMAT reagiu publicando o seguinte texto²⁰⁴:

A “Ação Democrática Matogrossense” Associação organizada por elementos de projeção de todos os partidos políticos, e todos os níveis sociais, autônoma, já fundada em 13 Municípios deste Estado²⁰⁵, pela sua secção de Campo Grande, vem em nome dos sagrados direitos democráticos protestar energicamente contra a atitude Presidencial [...] Referimo-nos ao fechamento do IBAD e ADEP. [...] A Segurança Nacional, encontra-se bem servida nas mãos destes inimigos das instituições democráticas? E aquela, em perigo, quando organizações como o IBAD, espírito e cerne, coração e cérebro condenado da nossa Democracia (Nêste país infiltrado de bolchevistas) desde a sua base, critica e fala sem jamais ter se afastado 1 palavra sequer, dos sagrados postulados constitucionais? [...] Esta “Segurança Nacional” agrada ao grupo Sivoloboviano do Executivo. [...] aqui lançamento o nosso ato democrático, o nosso protesto a êstes paradoxos democráticos, pensamos que, ainda em tempo de corrigirmos e de evitarmos “o silêncio sem liberdade”, mortificação do espírito humano e a força dos países totalitários. Contamos com a sua coragem e patriotismo, que sabemos não estarão ausentes no momento preciso. *O partidarismo se apaga quando está em jogo a vida dos partidos, a Democracia cala pelos interesses urgentes e vitais da Pátria, e a Pátria só vive dos indispensáveis interesses da Liberdade disciplinada.* A Ação Democrática Matogrossense subscreve-se. Atenciosamente. Pela Diretoria. Dr. Claudio Luiz F. Fragelli. Assis Brasil Corrêa. Agostinho Bacha. Oswaldo Bucher. Rodolfo Andrade Pinho. (grifo nosso) (JORNAL O MATOGROSSENSE, 11 nov. 1963, p. 1-2).

A radicalização dos membros da Ação após o fechamento do IBAD, e consequentemente da ADEP, podem ser evidenciadas, através da análise de alguns pontos, como, a apresentação, como consta no trecho suprimido do texto, de organizações que deveriam ser investigadas, devido sua ação comunista, e recebimento de “verbas autárquicas ilegais” dentre elas estão: a União Nacional dos Estudantes (UNE); a Frente da Libertação Nacional (FLN); a Frente de Mobilização Popular (FMP); o Pacto de Unidade de Ação (PUA); a Frente Parlamentária Nacional (FPN); e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Nomes como: Darcy Ribeiro, Oswaldo Lima Filho, Paulo de Tarso e Raul F. Ryff, também são evocados como “comunistas” a serem

²⁰⁴ Versão suprimida.

²⁰⁵ Dentre os municípios estavam: Campo Grande, Cuiabá (então capital do Estado), Dourados e Aquidauana.

investigados. Até mesmo o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Petrobrás (BNDE) é acusado de possuir membros comunistas infiltrados.

Na proposta da Ação, tanto as instituições citadas como as pessoas acusadas de “fichados elementos comunistas”²⁰⁶, deveriam ser encarados como inimigos da democracia, e combatidos. A reação ao fechamento do IBAD e sua atribuição como “ataque à democracia”, faz com que a Ação convide seus integrantes e simpatizantes ao combate direto ao comunismo.

Após o pedido de investigação destas organizações, o texto prossegue, evocando que a Segurança Nacional não estava garantida, diante da existência destes grupos. De modo radicalizado, a última publicação termina com a expressão: “O partidarismo se apaga quando está em jogo a vida dos partidos, a Democracia cala pelos interesses urgentes e vitais da Pátria, e a Pátria só vive dos indispensáveis interesses da Liberdade disciplinada”. Esta proposição já aponta para radicalização do movimento golpista, pois, a partir deste momento, a Pátria deveria ser defendida do perigo comunista, mesmo que isso resultasse no sacrifício da democracia: a Segurança Nacional estaria garantida. Neste sentido, o fechamento do IBAD e da ADEP contribuiu para convulsionar o movimento golpista, e deixa-lo mais à vontade para conspirar nos bastidores e na clandestinidade.

Contudo, mesmo diante do fechamento do IBAD, a ADEMAT permaneceu ativa, tendo apenas encerrado suas publicações semanais na imprensa local, e a respeito de seu posicionamento no transcorrer do ano de 1964, Silva aponta que era comum ver os militantes da Ação portando metralhadoras e outras armas (SILVA, 2005, p. 128), e que este grupo agia em conjunto as forças militares, realizando prisões, e ataques diretos, com utilização de violência contra seus opositores. Os ataques ao jornal O Democrata, periódico ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e dirigido por José Roberto de Vasconcelos, por exemplo, são atribuídos a Ação, e entendidos por Silva como movimentos pró-golpe, relacionados a uma lógica de acontecimentos de mesma determinação no restante do país, como exposto pelo autor:

A invasão do jornal e outras formas de intimidação perpetradas pelos representantes da direita, naquele mês de março de 1964, não podem ser creditados apenas a uma infeliz coincidência. Não é estranho pensar que os atos estavam devidamente articulados com outros, em outras cidades do país; eram acontecimentos aparentemente isolados que se somavam objetivando criar as condições objetivas para o golpe. (SILVA, 2005, p. 131).

²⁰⁶ Fichados durante os movimentos da “Intentona Comunista” de 1935.

Apesar da ação paramilitar da ADEMAT ter sido intensificada a partir de 1964, nota-se que desde o seu surgimento a Ação já trazia o cerne da luta armada, como pode ser evidenciado, por Martins: “ADEMAT (Ação Democrática Mato-Grossense), organização surgida para combater a ação comunizante do Presidente João Goulart, inclusive no campo da luta armada” (MARTINS, 1981, p. 250).

O golpe de 1964 fora noticiado pelo jornal *O Matogrossense*, através da publicação de um comunicado oficial do exército, conforme entrevista realizada com o General Mário Barbosa Pinto:

Completa ordem em toda a Região Militar Exército cumpriu mais uma vez seu papel histórico”. Falando na tarde de ontem a este diário, sobre a atual situação, assim se expressou o ilustre General Márcio Ferreira Barbosa Pinto, Cmte da 9.a R.M., que vem mantendo completa ordem em todo o Estado de Mato Grosso: – “Reina completa tranquilidade em tôdas as cidades matogrossenses. Sinto me orgulhoso de ser brasileiro e comandar tropas coesas e disciplinadas como as da 9ª Região Militar. Tropas admiráveis, que dão edificante exemplo democrático. O Exército cumpriu mais uma vez o seu papel histórico”. Acrescentou-nos o valoroso cabo de Guerra, que o Exército continua vigilante, velando pela segurança e socêgo da família matogrossense e que os elementos perniciosos estão sendo detidos e enquadrados na “Operação Gaiola”. (JORNAL O MATOGROSSENSE, 04/05 abr. 1964, p. 1).

Em nenhum momento há referência ao golpe, o texto remete-se a “atual situação”. Também já existe a exaltação do Exército como mediador, cumprindo seu destino providencial. Esta publicação fazia parte de um comunicado do Exército, veiculado na imprensa local, e em relação a falsa tranquilidade, exposta pela publicação, Silva aponta que: “Ao mesmo tempo em que saiu o comunicado, saíram, também, as viaturas para prender os democratas, nacionalistas, sindicalistas, inocentes e outros.” (SILVA, 2005, p. 132). Após o golpe, a ADEMAT conseguiu a legitimidade necessária para expurgar seus opositores, neste sentido Silva aponta que após o golpe um novo ataque ao jornal *O Democrata*, mais violento, teria sido realizado por “gente armada de metralhadora”:

Enquanto os quartéis ficavam lotados e os comunicados do Exército se sucediam trazendo novas listas de prisioneiros, os homens da ADEMAT continuavam o rosário de provocações. O jornal *O Democrata*, dirigido por José Vasconcelos, por exemplo, que dias antes tinha sido parcialmente destruído, mais uma vez foi invadido por gente armada de metralhadora, aos gritos, quebrando tudo o que via pela frente. As máquinas e outros equipamentos foram jogados dentro do córrego da Rua Maracaju. O mesmo aconteceu com os documentos e livros. (SILVA, 2005, p. 136).

A Ação já havia atacado o jornal do PCB, porém, após o golpe, ela pôde expurgar de maneira definitiva seu opositor, e fez isso em via pública e a luz do dia, mostrando sua verdadeira face, que havia permanecido até o golpe sob a égide da

bandeira democrática. Dentre as prisões realizadas após o golpe, estavam: Nelson Trad, Alberto Neder, Alarico Reis de Ávila, e Acelino Granja, dentre outros²⁰⁷. Após o golpe de 1964, a ADEMAT passou a ser o principal grupo de repressão paramilitar do estado.

Considerações Finais

Buscou-se realizar uma abordagem inicial sobre o que foi a ADEMAT – uma instituição civil, surgida em Campo Grande, no sul do antigo estado de Mato Grosso, no ano de 1963, que atuava sob a bandeira da defesa da democracia, porém, na prática agia em prol das demandas da classe que havia lhe dado origem, a dos grandes proprietários de terras. A Ação atuou ativamente para desestabilização do governo Goulart, e conspirou para o golpe de 1964.

As matrizes ideológicas da Ação surgiram em meio a Guerra Fria. Os membros da elite civil encontraram na Doutrina de Segurança Nacional, fundada nos Estados Unidos, o aparato teórico que justificava sua mobilização e conspiração contra o governo Goulart. Por um lado, a ideia de desenvolvimento, agiu como princípio motor, e por outro o comunismo, como engrenagem danificada que precisava ser destruída. Neste contexto, o jornal *O Matogrossense*, tornar-se-ia um dos principais campos de divulgação ideológica da ADEMAT, servindo tanto para a divulgação de um discurso desenvolvimentista, quanto ao combate ao comunismo.

Quais as razões que levaram as elites civis campo-grandenses, que tanto afirmavam que o comunismo deveria ser combatido por representar o maior inimigo da *nação*, a extinguir a democracia? A contradição mora na necessidade de manutenção do *status quo*, e na possibilidade de exterminar seus opositores, que sem a tão aclamada democracia, poderiam ser presos, torturados, destruídos, físico e psicologicamente, ou “desaparecer”, legitimamente através do Estado, ou de seus dispêndios, representados pelas ações paramilitares. Além disso, o regime instaurado após o golpe permitiria a permanente intocabilidade das extensas propriedades rurais destas elites.

Para apontar os impactos da Ação na sociedade campo-grandense, pode-se tomar de empréstimo, o fragmento da nota publicada pelo jornal *Ultima Hora*, sobre um protesto realizado no Rio de Janeiro, contra a criação da ADEMAT, no qual afirmavam os protestantes que o objetivo da Ação era de “convulsionar a ordem social” (JORNAL ULTIMA HORA, 20 abr. 1963).

²⁰⁷ Para maiores esclarecimentos Cf. (SILVA, 2005, p. 101-147).

Por fim, se existe um debate recorrente no âmbito acadêmico, sobre esta temática, isso se faz em meio ao esquecimento. Muitos setores sociais parecem sofrer de uma profunda amnésia, permanecendo na esfera de negação ou da defesa. O distanciamento entre as pesquisas e o ensino contribui especialmente a este fim. Buscou-se neste trabalho, demonstrar o processo de articulação das elites civis, em um movimento golpista, e expor seus objetivos. Contudo, não se pôde nesta abordagem inicial, realizar um aprofundamento maior sobre os discursos da ADEMAT, nem de sua ação paramilitar.

Fontes

CAMARGO, Francisco. Ação Democrática Matogrossense. *Brasil Oeste*. São Paulo, jul. 1963. nº 83, p. 41-42. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 01 dez. 2014.

JORNAL A NOITE. *Fundação da Ação Democrática*. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro, 09 abr. 1963. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 01 mar. 2015.

JORNAL O ESTADO DE MATO GROSSO. *Notícia de Jornal Paulistano sobre Lúdio Coelho*. 30 de janeiro de 1964. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Acesso em: 20 de julho de 2015.

JORNAL O MATOGROSSENSE. *11 nov. 1963. Edição 3.636*. Arquivo Histórico de Campo Grande: Campo Grande, MS.

JORNAL O MATOGROSSENSE. *04/05 abr. 1964. Edição 3.732*. Arquivo Histórico de Campo Grande: Campo Grande, MS.

JORNAL ULTIMA HORA, *30 abr. 1963*. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 01 mar. 2015.

MARTINS, Demóstenes. *A poeira da jornada: memórias*. São Paulo: Ed. Resenha Tributária, 1981, pp. 250.

Referências Bibliográficas:

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 5. Ed. Petrópolis: Vozes. 1989.

ARAKAKI, Suzana. *Dourados: memórias e representações de 1964*. MS: Editora UEMS, 2008.

_____. Notas sobre a Ditadura Militar no Sul de Mato: ação, reação e repressão. *Revista Eletrônica História em Reflexão*. v. 8. n. 15. UFGD: Dourados, jan/jun, 2014.

BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul, a construção de um estado, volume 2: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses*, Campo Grande: Ed. UFMS, 2009.

BRASIL, Senado Federal. *Senadores Biografia*. Lista de Senadores por legislatura: Brasília. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/senadores>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional: O Poder Militar na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

DREIFUSS, René Armand. *1964 A conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

LEITE, Eudes Fernando. *Aquidauana: a baioneta, a toga e a utopia, nos entremeios de uma pretensa revolução*. Dourados: Editora da UFGD, 2009.

FERREIRA, Jorge & GOMES, Ângela de Castro. *1964: O Golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2014.

PADRÓS, Enrique Serra. A Ditadura cívico-militar no Uruguai (1973-1984): terror de Estado e Segurança Nacional. In: WASSERMAN, Cláudia; GUAZZELLI, César A. B. (Orgs.). *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 45-77.

PADRÓS, Enrique Serra. (org.) *Cone Sul em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a História Recente*. Porto Alegre: Evangraf/UFRGS, 2013.

PADRÓS, Enrique Serra. *O Paraguai de Stroessner no Cone Sul de Segurança Nacional*. IX Encontro Estadual de História Seção Rio Grande do Sul, 2008, p. 1-10. Disponível em: <http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212375776_ARQUIVO_ANPUHtextoEnriqueSerraPadros.pdf> Acesso em: 28 set. 2015.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Trad. Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SILVA, Eronildo Barbosa da. *Sindicalismo no Sul de Mato Grosso: 1920/1980*. Campo Grande: Ed. UNIDERP, 2005.

WASSERMAN, Cláudia. O império da Segurança Nacional: o golpe de 1964 no Brasil. In: WASSERMAN, Cláudia & GUAZZELLI, César Augusto Barcellos (Orgs.). *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 27-44.

Enviado em: 23/04/2016.

Aprovado em: 04/06/2016.